

Matéria elaborada conforme a legislação vigente à época de sua publicação, sujeita a mudanças em decorrência das alterações legais.

SIMPLES NACIONAL

ANEXO IV Forma de Tributação

ROTEIRO

- [1. INTRODUÇÃO](#)
- [2. ATIVIDADES](#)
- [3. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL](#)
 - [3.1. Tributação pelo Anexo III](#)
 - [3.2. Com fornecimento de material](#)
 - [3.3. Cessão de mão-de-obra](#)
- [4. RECOLHIMENTO CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PREVIDENCIÁRIA \(CPP\)](#)

1. INTRODUÇÃO

Na presente matéria, será abordada a tributação de atividades de prestação de serviços através do [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

2. ATIVIDADES

São enquadradas como prestação de serviços sujeitos à tributação pelo [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#) as seguintes atividades:

- a) construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de sub empreitada;
- b) execução de projetos e serviços de paisagismo;
- c) decoração de interiores;
- e) serviço de vigilância, limpeza ou conservação;
- f) serviços advocatícios. [Lei Complementar nº 123/2006, art. 18, § 5º-C](#)

3. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Em regra geral, a prestação de serviços da construção civil, serão tributas através do [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#), entretanto há a possibilidade de tributação através do Anexo III desta mesma lei.

A vinculação ao Anexo IV está condicionada a que a empresa seja contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia em que os serviços contratados façam parte do respectivo contrato, inclusive sob a forma de sub empreitada, ou seja, existindo um contrato de construção, as empresas que estiverem executando a obra estão enquadradas no Anexo IV.

3.1. Tributação pelo Anexo III

No caso de prestação dos serviços de construção de imóveis e obras de engenharia em geral, a tributação poderá ocorrer através do [Anexo III](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#), ou seja, quando não se enquadrar nas prestações de serviços relacionadas no item 2 e não estando obrigada ao anexo V.

Um exemplo prático, são os serviços de pintura predial, instalação, manutenção e reparação hidráulica, elétrica, sanitária, de gás, de sistemas contra incêndio, de elevadores, de escadas e esteiras rolantes, serão tributados através do [Anexo III](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

Ressalta-se que quando se tratar de reforma cuja a finalidade é como reparo ou conserto destinado a restaurar suas funções ou melhorarem a aparência, a tributação também ocorrerá através do [Anexo III](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

Segue posicionamento da Receita Federal:

[ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO RFB Nº 008 / 2013 \(DOU de 02.01.2014\):](#)

Art. 1º Os serviços de pintura predial, instalação, manutenção e reparação hidráulica, elétrica, sanitária, de gás, de sistemas contra incêndio, de elevadores, de escadas e esteiras rolantes exercidos por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, instituído pela [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), são tributados pelo [Anexo III](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), e não estão sujeitos à retenção da contribuição previdenciária prevista no [art. 31](#) da [Lei nº 8.212, de 1991](#).

Parágrafo único. Caso a ME ou EPP seja contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia em que os serviços de pintura predial e instalação hidráulica, elétrica, sanitária, de gás, de sistemas contra incêndio, de elevadores, de escadas e esteiras rolantes façam parte do respectivo contrato, sua tributação ocorrerá juntamente com a obra, na forma do [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

[SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 228, DE 12 DE MAIO DE 2017 - \(DOU de 17.05.2017\):](#)

EMENTA: SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM.

A atividade de terraplanagem prestado por microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não se enquadra entre aquelas previstas no [§ 5º-C](#) do [art. 18](#) da [Lei Complementar nº 123, de 20 de dezembro de 2006](#), e deve ser tributada na forma do [anexo III](#), conforme dispõe o [art. 17, § 2º c/c art. 18, § 5º-F](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#). Caso a empresa seja contratada para executar construção de imóvel ou obra de engenharia, conforme previsto no [§ 5º-C](#) do [art. 18](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), e o serviço de terraplanagem faça parte do contrato, a tributação desse serviço ocorre em conjunto com obra, na forma do [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

[SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 103, DE 27 DE JANEIRO DE 2017 \(DOU de 03.02.2017\):](#)

EMENTA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MUROS. REFORMA DE ARQUIBANCADAS.

São tributas pelo [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as receitas provenientes de atividades de ampliação de imóveis e reforma de imóveis que redundem em alteração de sua estrutura e, portanto, estão sujeitas à retenção da contribuição previdenciária prevista no [art. 31](#) da [Lei nº 8.212, de 1991](#).

São tributas pelo [Anexo III](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as atividades complementares ou especializadas de construção prestadas de forma isolada, como reparo ou conserto destinado a restaurar suas funções ou melhorarem a aparência e, portanto, não estão sujeitas à retenção da contribuição previdenciária prevista no [art.](#)

3.2. Com fornecimento de material

No caso de prestação dos serviços previstos nos [itens 7.02](#) e [7.05](#) da [lista de serviços anexa](#) à [Lei Complementar nº 116/2003](#), o valor:

- a) dos serviços será tributado de acordo com o [Anexo III](#) ou [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#), conforme o caso, permitida a dedução, na base de cálculo do ISS, do valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço, observando-se a legislação municipal;
- b) dos materiais produzidos pelo prestador dos serviços no local da prestação de serviços será tributado de acordo com o [Anexo III](#) ou [Anexo IV](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#), conforme o caso;
- c) das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação de serviços será tributado de acordo com o [Anexo II](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

3.3. Cessão de mão-de-obra

Conforme disposto no [artigo 17, inciso XII](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#), a cessão de mão-de-obra é atividade impeditiva no Simples Nacional.

Das Vedações ao Ingresso no Simples Nacional

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

(...)

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

Mas em se tratando de instalação, reparos e de manutenção em geral e construção civil as mesmas não são consideradas como cessão de mão de obra. [Lei Complementar nº 123/2006, art. 17, § 1º](#)

A cessão de mão-de-obra é considerada quando uma empresa coloca a disposição de outras (contratante), em suas dependências ou nas de terceiros, de seus trabalhadores que realizem serviços contínuos ou não, relacionados ou não com a atividade-fim da contratante, independente do regime, forma e natureza da contratação, inclusive trabalho temporário, onde a colocação é em caráter não eventual, respeitados os limites do contrato. [Instrução Normativa RFB nº 971/2009, art. 115, § 3º](#)

As dependências de terceiros são aqueles estabelecimentos ou instalações indicadas pela contratante, que não sejam as suas próprias ou da empresa contratada. [Instrução Normativa RFB nº 971/2009, art. 115, § 1º](#)

No caso dos serviços contínuos, são os serviços que são necessários ao funcionamento da contratante, onde o serviço é realizado de forma contínua e sistemática, podendo ser realizado de forma intermitente por diferentes trabalhadores.

Contudo, se o serviço for tributado através do [Anexo III](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e for prestado mediante cessão de mão de obra, a empresa fica impedida de optar ou permanecer no Simples Nacional, devendo comunicar sua exclusão, que produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da ocorrência da situação de vedação.

Segue posicionamento da Receita Federal através da [SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.032, DE 14 DE JULHO DE 2016 - 6ª REGIÃO FISCAL - \(DOU de 03.08.2016\)](#), abaixo:

EMENTA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ESTANDES, DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA E DE PINTURA MEDIANTE CESSÃO DE MÃO DE OBRA. VEDAÇÃO.

1. Os serviços de montagem de estandes para feiras são tributados na forma do [Anexo V](#), da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), e os serviços de instalação, manutenção e reparação elétrica e hidráulica, bem como os serviços de pintura, sujeitam-se ao [Anexo III](#) da referida Lei Complementar, somente sendo tributados pelo Anexo IV dessa Lei se a contratação envolver a construção de imóvel ou a execução de obra de engenharia em que tais serviços façam parte do respectivo contrato.

2. A empresa que executar serviços tributados na forma do [Anexo III](#) ou do [Anexo V](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mediante cessão ou locação de mão de obra, encontra-se impedida de optar pelo Simples Nacional ou de permanecer nesse regime, devendo comunicar, de imediato, sua exclusão do Simples Nacional, a qual produzirá efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da ocorrência da situação de vedação.

3. A contratação de serviços mediante cessão de mão de obra por empresa optante pelo Simples Nacional, cuja tributação ocorra na forma do [Anexo III](#) ou do [Anexo V](#) da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não está sujeita à retenção previdenciária prevista no [art. 31](#) da [Lei nº 8.212, de 1991](#), enquanto a empresa contratada não tiver sido formalmente excluída do regime do Simples Nacional.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À [SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 149, DE 03/06/2014](#).

4. RECOLHIMENTO CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PREVIDENCIÁRIA (CPP)

O cálculo do PGDAS-D das atividades de prestação de serviços relacionadas no tópico acima, não inclui no Simples Nacional a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o [artigo 22](#) da [Lei nº 8.212/1991](#), devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis, pois os percentuais de repartição do CPP não fazem parte do Anexo IV.

Anexo IV - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no [§ 5º-C](#) do [artigo 18](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#):

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	9,00%	8.100,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,20%	12.420,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos				
	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	ISS (*)
1ª Faixa	18,80%	15,20%	17,67%	3,83%	44,50%
2ª Faixa	19,80%	15,20%	20,55%	4,45%	40,00%
3ª Faixa	20,80%	15,20%	19,73%	4,27%	40,00%
4ª Faixa	17,80%	19,20%	18,90%	4,10%	40,00%
5ª Faixa	18,80%	19,20%	18,08%	3,92%	40,00% (*)
6ª Faixa	53,50%	21,50%	20,55%	4,45%	-

(*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se a diferença, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 12,50%, a repartição será:

Faixa	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	ISS
5ª Faixa, com alíquota efetiva superior a 12,50%	(Alíquota efetiva - 5%) x 31,33%	(Alíquota efetiva - 5%) x 32,00%	(Alíquota efetiva - 5%) x 30,13%	(Alíquota efetiva - 5%) x 6,54%	Percentual de ISS fixo em 5,00%

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regula os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de apostilas a partir desta obra, por qualquer forma, meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos reprográficos, fotocópias ou gravações - sem permissão por escrito, dos Autores. A reprodução não autorizada, além das sanções civis (apreensão e indenização), está sujeita as penalidades que trata artigo 184 do Código Penal.